



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**I EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

EDITAL N.º 002/2023/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os interessados que, de conformidade com a disciplina do art. 7º, I, e art. 29, V, da Lei Complementar n. 011/1993, e nos termos dos Atos de n. 132 e 390/2022/PGJ e das Resoluções n. 042/2009/CNMP e 246/2022/CNMP, torna pública a **alteração dos itens 5.2 e 7.10, “c” e “d”, do Edital N.º 001/2023/PGJ**, publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Amazonas no dia 15 de junho de 2023, edição N.º 2628, páginas 82-93.

(...)

ONDE SE LÊ:

5.2 Comprovar ter concluído a graduação, no máximo, 5 (cinco) anos antes da data de término das inscrições ou estar matriculado em curso de pós-graduação no ato da inscrição, nas modalidades especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado em curso reconhecido pelo Ministério da Educação ou, quando for o caso, pelo Conselho Estadual de Educação.

LEIA-SE:

5.2 Comprovar ter concluído a graduação, no máximo, 5 (cinco) anos antes da data de término das inscrições ou estar matriculado em curso de pós-graduação no **ato do credenciamento**, nas modalidades especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado em curso reconhecido pelo Ministério da Educação ou, quando for o caso, pelo Conselho Estadual de Educação.

7. DAS INSCRIÇÕES

(...)

7.10 No ato da inscrição, sob sua total responsabilidade, os candidatos deverão anexar arquivos de imagem (JPG ou PNG) ou PDF dos seguintes documentos (texto legível e imagem nítida), sob pena de eliminação:

- a) RG – Registro Geral ou documento equivalente com fotografia e valor oficial de identificação (Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte etc.) - frente e verso, comprovando sua identidade e nacionalidade;
- b) CPF – Cadastro de Pessoa Física ou Certidão de Regularidade da Receita Federal;
- c) REVOGADO
- d) REVOGADO
- e) quando não for isento ou for indeferido o pedido de isenção, juntar comprovante de pagamento da inscrição, atendendo ao disposto nos itens 7.4 e 7.5;



- f) no caso das vagas reservadas à pessoa com deficiência, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se com deficiência e especificar, no campo “Observações”, a deficiência;
- g) no caso de candidatas lactantes, a candidata deverá informar a intenção de amamentar o filho no decorrer da realização das provas e apresentar a certidão de nascimento da criança.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (AM), 23 de junho de 2023.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça